

Comentário VIII

István Jancsó

Departamento de História, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo

Dentre as múltiplas questões propostas pelo texto de Ulpiano T. Bezerra de Meneses, vou destacar duas. Em primeiro lugar, quero glosar a idéia de museu histórico. A seguir, penso que não é irrelevante tocar nos significados possíveis de "laboratório da História".

Vamos à primeira questão. Os museus históricos, como quaisquer outros, são dotados de acervo sobre os quais operam, o qual é cartorialmente definido como de posse institucional destes. Parece evidente que dispor de um acervo, condição necessária para torná-lo depositário de elementos de cultura material, não transforma um museu em *museu histórico*. Afinal, como insiste o autor, "rigorosamente, todos os museus são históricos".

É neste ponto que começam a surgir problemas que o texto não resolve, ainda que ofereça elementos para que se possa pensar um sistema coerente de ordenamento da diversidade resultante da fragmentação dos museus em especialidades, cuja "história aponta para o século 18 e que ainda está por ser feita". O que aflora com nitidez do texto, é que a especificidade do museu histórico deve ser procurada menos naquilo que o define como museu, mas principalmente nos elementos que configuram a sua *interface* com a sociedade, vale dizer, no seu discurso. Portanto, se todos os museus são históricos, a especificidade do *museu histórico* pode residir na especificidade da configuração do seu discurso histórico.

Nessa vertente, que incorpora a intencionalidade do discurso, as condições de inserção do museu histórico na trama institucionalmente ordenada dos aparelhos formatadores dos múltiplos discursos sobre a memória coletiva são

tudo menos irrelevantes. Ainda que beire a obviedade, nunca é demais insistir no fato de que a reconstituição do passado nunca é neutra. Esta operação implica, sempre, numa certa visão do passado que se traduz, não exclusivamente, mas também no ordenamento do discurso, em função de necessidades da história presente. Ulpiano sabe perfeitamente das implicações dessa premissa, desenvolvendo-as em "Objeto histórico, documento histórico". Mas como o problema que propõe para discussão é o da "possibilidade [que] pode haver de participação do museu histórico na produção do *conhecimento histórico* [e] como, nessa perspectiva, funciona a *exposição museológica*", penso que convém ressaltar algumas relações entre as variáveis destacadas, e avançar pelas sendas que por essa via se abrem.

A primeira aponta para a questão da relação entre a configuração institucional do museu histórico e o tipo de memória que refere o discurso. A segunda, para a relação entre memória e conhecimento.

O fato é que o museu histórico o é de *alguma* história. Ainda que tenham pretensões à universalidade, os museus históricos enquadram-se no elenco de artefatos socialmente instituídos, que lidam com a tensão entre o universal balizante de qualquer memória coletiva de trajetórias humanas também coletivas, e o específico de cada uma de suas concretizações históricas, do que decorre o seu discurso. Isso significa, inevitavelmente, que o discurso museológico ancora-se na simultaneidade de trajetórias (e memórias). Para simplificar, admitamos que os museus históricos operam a tensão entre o universal (o humano genérico) e o nacional (uma das formas de organização do particular coletivo, e que pode se desdobrar no local, no regional, etc), como formatadores da memória coletiva institucionalmente organizada. Se é verdade que em nossa sociedade, o museu "é essencialmente uma forma institucionalizada de transformar objetos em documentos", e se tomarmos por verdadeiro que, por um lado, "a tendência mais comum no museu histórico, previsível pela caracterização corrente que dele se fez, é a fetichização do objeto na exposição" e, por outro, que o "objeto metafórico" seja, "juntamente com o emprego do objeto fetiche, [...] o caso mais corrente na exposição histórica", percebe-se qual é o alvo do autor, qual é o seu bom combate. Contrapondo o *Laboratório da História* ao *Teatro da Memória*, Ulpiano antepõe o espaço de trabalho sobre a memória em que esta é tratada como objeto do conhecimento (universo da crítica), ao espaço do espetáculo que evoca e celebra (universo do fetiche).

É fácil concordar com esta proposição, mas não há como escapar de um certo incômodo diante da generalidade da afirmação. Este sentimento é reforçado pela estrutura das sugestões de diretrizes às páginas 39-40. Elas são quatro, e três delas começam pela negação ("o museu histórico não é compatível com sínteses"; "a História não pode ser explicativa fora de quadros como as estruturas"; "objetos não podem, tampouco, representar processos, dinâmica social"), e a última, que é francamente positiva, não é uma diretriz, mas uma proposição metodológica que articula as anteriores para integrá-las numa diretriz geral daí decorrente e que é, ao mesmo tempo, uma definição de museu histórico ("recurso para fazer História com objetos e ensinar como se faz História com objetos").

É de se notar o complexo caminho percorrido para se chegar ao âmago

da questão que preocupa o autor: a *dimensão crítica da exposição*, o que equivale dizer, do discurso especificamente museológico. E neste ponto o incômodo beira o mal-estar, pois é difícil admitir que um museu possa ter responsabilidades na transformação da sociedade (responsabilidade tida por Ulpiano como substrato da crítica), a não ser que se admita que o museu é um ser moral capaz de formular projetos próprios com profundo conteúdo ético. É um problema complicado. Em primeiro lugar, porque o museu é um instrumento de reiteração da memória institucionalmente integrado no conjunto de aparatos de ordenamento da vida social, sendo, portanto, *locus* do entrelaço das forças sociais em confronto, no campo daquilo que lhe é específico (o universo da memória), entendendo-se, por isso, tanto o que aponta na direção da transformação, quanto para a conservação de suas formas instituídas. Portanto um museu não pode ter responsabilidades para além daquelas que cabem aos indivíduos cuja prática, isolada ou gregária, compõe a resultante que vem a ser, afinal, o dito discurso museológico sobre a memória.

Acresce que penso haver risco em atribuir conotação positiva a qualquer idéia de crítica e de transformação social sem a clara explicitação das categorias que organizam a escala de valores. Os exemplos do risco inerente a essa postura que valoriza aéticamente a transformação, transmutando o discurso formalmente crítico sobre a própria memória em *pastiches* de natureza patológica são inúmeros, e recentemente enriquecidos *ad nauseam* com a análise dos museus na esfera do que era conhecido como o "socialismo real", já em se tratando de museus históricos nacionais (Siminonescu & Padiou 1990: 212 e ss.), já em se tratando de memoriais a preservarem alguma figura notável (Pelosse 1990: 229 e ss.). O texto de Ulpiano dá conta desses desvios, mas passa ao largo de uma questão da maior importância: a da relação dialética entre memória e identidade, num contexto historicamente dado de relação de forças entre os agentes coletivos e seus conflitos (explícitos ou latentes), inscrita na natureza da configuração institucional do museu (e sua própria história), ambas a determinarem o ordenamento dos discursos em função das necessidades da história presente, que nunca é a História em geral, mas *alguma* (nossa?) História, na sua face de concretização específica (nacional, regional, local, etc.) do genérico humano.

Penso que este é um problema que permanece em aberto. Recolocá-lo para discussão é, ao fim e ao cabo, o objetivo e o mérito do texto de Ulpiano.